



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO E CONTRA RECURSO ADMINISTRATIVO

EMPRESAS:

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PROFISSIONAL – PROCESSO Nº 5646/2022
(RECURSO)
LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA – PROCESSO Nº 5764/2022
(CONTRARRECURSO).

Processo Licitatório: 0398//2022

Referente à:

PREGÃO Nº 023/2022

DATA DA ABERTURA: 17 de maio de 2022

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM VISTAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE CLÍNICA (EXAMES BIOQUÍMICOS, HEMATOLÓGICOS E HEMOSTASIAS, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS, COPROLÓGICOS, UROANÁLISES, HORMONAIS, MICROBIOLÓGICOS, IMUNOHEMATOLÓGICOS, EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS ETC.), ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGICA, CONFORME TABELA SUS - ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA, AOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI E VII DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão para pronta contratação, do tipo maior percentual de desconto, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 3.251 de 02 de fevereiro de 2021, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 28/04/2022, no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 29/04/2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

Conforme Ata de Sessão Pública da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Sra. Pregoeira, **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros **CARLOS DE OLIVEIRA LIMONGI**, **GILBERTO DA COSTA FREITAS** e **PEDRO HENRIQUE MACIEL PEREIRA**. Compareceram ao certame as empresas: **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA** e **LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PROFISSIONAL**.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002.

DA TEMPESTIVIDADE:

O recurso e contrarrecurso foram interpostos dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL (RECURSO)** em 01 de julho de 2022 e pela empresa **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA (CONTRARRECURSO)** em 06 de julho de 2022.

DOS PEDIDOS:

DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL:

Em face de decisão do recurso e contrarrecurso administrativo que habilitou o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA**, e inabilitou o laboratório recorrente, pelos fatos e fundamentos abaixo aduzidos:

Em breve síntese, a empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL EIRELI** apresentou seu recurso em face de decisão que habilitou o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** e inabilitou o **LABORATÓRIO RECORRENTE**.

Resumidamente, alega a RECORRENTE que o Contrato Social do Laboratório Recorrido tem integralizado a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), apresentando as imagens do CNPJ e QUADRO SOCIETÁRIO do **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA**. Faz constar, também, do Edital o item "XIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, 13.1, 13.1.1, 13.1.2", onde consta a informação do valor total do objeto que se pretende contratar que tem a importância de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), constando, ainda, parte da imagem deste item do edital. Afirma a RECORRIDA que a legislação licitatória principalmente a Lei 8.666/93, no art. 31, §1º e art. 56 §2 dispõe da qualificação econômica financeira, descrevendo tais artigos e parágrafos. Informa a RECORRIDA que as citadas legislações tem o condão de resguardar o ente público do inadimplemento da execução dos seus contratos de prestação de serviço, estabelecendo a garantia do cumprimento do contrato. O percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato não fere a isonomia dos licitantes, mas protege a administração pública e seu erário. Continua a RECORRIDA, frisando ainda, que no caso em tela, o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** tem integralizado a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em seu capital social, ou seja, sendo assim como sociedade limitada sua responsabilidade é afeta ao capital social. De acordo com a RECORRIDA a legislação licitatória imprime a garantia de 5% do valor do contrato, que corresponde à importância de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), visto que a contratação tem o valor total de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), fato que desqualifica o Laboratório Recorrido, pela falta de qualificação econômica financeira, sendo dever do Poder Público zelar pelo patrimônio público e segurança do erário no certame licitatório. Por fim, diante de todo o exposto, solicita a INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO do **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA**.

DO CONTRARRECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA:

A empresa vêm apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso apresentado por Laboratório de Análises Clínicas Profissional Eirelli, pelos seguintes fatos e fundamentos:

Resumidamente, em suas contrarrazões o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA**, apresentou seu recurso no sentido de inabilitar o Recorrido com a tese de que o capital social apresentado possui um valor inferior ao objeto do contrato, portanto, que estaria incapacitado para garantir a execução do serviço para a municipalidade, bem como, a capacidade econômica financeira do recorrido está em desacordo, pois o capital social apresentado no contrato social da empresa, estaria no valor de R\$ 20.000,00.

Informa a empresa **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** que é notório que o capital social apresentado no contrato social é meramente ilustrativo, não sendo meio de parâmetro para qualificar e quantificar a capacidade financeira de uma empresa, tendo em vista que o meio hábil para isso, seria através do balanço patrimonial da empresa, documento esse que é registrado na junta comercial e possui força inequívoca para demonstrar a real capacidade financeira de uma empresa. Dessa forma, analisar simplesmente um contrato social para julgar a capacidade financeira e operacional de uma empresa, chega a ser imoral. Continua a empresa, informando que de acordo com o art. 31, § 2º e 3º da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), a administração pública pode incluir nos editais a exigência de capital social mínimo, quando o certame licitatório tiver por objeto compras para entrega futura ou execução de obras e serviços. O capital mínimo exigido não pode ser superior a 10% do valor do contrato administrativo. Certo é que a inserção desta exigência nos editais não gera qualquer benefício à administração pública; e, por limitar a participação de potenciais concorrentes, a medida pode se revelar contrária ao interesse público. A Lei deixa claro que o ente público tem a faculdade de exigir no edital o capital social mínimo para a participação no certame, porém se não o fizer, nada de irregular terá ocorrido na confecção do aludido edital, como ocorreu no caso em tela, pois a administração pública visando não limitar a participação de concorrentes no presente certame, optou em não fazer referida exigência, que se mostra desnecessária e excessiva para a ocasião em questão. A empresa entende que dúvidas não restam que o Recorrido participou da referida licitação apresentado todos os documentos exigidos no edital, sendo declarado vencedor. Entende, ainda, que a empresa recorrida preenche todos os requisitos para ser contratada e realizar o serviço, não podendo o Recorrente obrigar a municipalidade a fazer uma exigência que nem mesmo estava exposta no edital. Que a Administração na aferição da capacidade econômico-financeira visa, sobretudo, certificar-se de que a empresa participante da licitação é portadora de razoável idoneidade patrimonial, sendo capaz de cumprir a obrigação assumida numa possível contratação, seguindo o disposto nos incisos I, II e III do art. 31 da já citada Lei nº 8.666/93, citando o referido artigo e os parágrafos. Continua informando que a Lei de Licitações estabelece que nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a Administração poderá exigir, ou seja, se quiser, não está obrigada, pois o significado da palavra “poderá” é diferente de “deverá”, de forma não cumulativa, a comprovação de: I. capital mínimo na data da apresentação das propostas (até 10% do valor estimado da licitação) II. Patrimônio líquido mínimo na data da apresentação das propostas (até 10% do valor estimado da licitação) III. Garantias da proposta (art 56, § 1º). Cita os Acórdão 170/2007; Acórdão 2882/2008, Acórdão 1944/2015, Acórdão 2365/2017, Acórdão 2326/2019 e Acórdão 1101/2020 que tratam do mesmo assunto: “determina (...) alteração dos dispositivos editalícios relativos à qualificação econômico financeira (...) que veda especialmente (...), (iv) a exigência de comprovação de montante de capital social integralizado da licitante;

Finalizando, o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** alega que o principal efeito da exigência de capital social mínimo é a limitação do número de concorrentes, bem como, de acordo com o exposto, não restam dúvidas que o recurso deve ser julgado totalmente improcedente, devendo se manter habilitado e declarado como vencedor o recorrido, por não existir no edital referidas exigências destacadas no recurso do recorrente, que tenta criar situação sem qualquer embasamento com a realidade do objeto convocatório, querendo inserir exigência não obrigatória para o município com o único intuito de causar tumulto e gerar prejuízos

para o erário, uma vez que na remota hipótese de acolhimento deste recurso, novo processo licitatório terá que ser convocado. Vale lembrar que o recorrido é empresa de notória capacidade, sendo agraciado com o selo de **ACREDITAÇÃO**, válido como controle de qualidade internacionalmente, ou seja, uma empresa com tamanha capacidade técnica, atestada por órgão ligado às autoridades sanitárias e de saúde, não só possui capacidade técnica para a realização do serviço, como também comprovadamente está com a saúde financeira em dia, pois se o contrário fosse, não atingiria o maior grau de qualificação que uma empresa laboratorial pode receber, diferente do recorrente, que veio participar do certame de forma desorganizada e com documentações confusas o que levou sua inabilitação.

DO JULGAMENTO:

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos”.

Observados os ritos legais, as empresas participantes do certame licitatório apresentaram recurso e contrarrecurso no prazo de 03 (três) dias para cada, de acordo com os prazos previstos em Lei.

A Pregoeira, instituída pela Portaria nº 04/2022 julga e responde o recurso interposto pelo licitante, a empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL- EIRELI**, em face de decisão do recurso e contrarrecurso administrativo que habilitou a empresa **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** e inabilitou o **LABORATÓRIO RECORRENTE**.

A seguir resumidamente, os pontos apresentados pela empresa em suas razões recursais:

Informa o **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL- EIRELI** em síntese que o Contrato Social do **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** tem integralizado a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fato que desqualifica o Laboratório Recorrido, pela falta de qualificação econômica financeira, e que o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** deve ser INABILITADO/DESCCLASSIFICADO, diante da comprovada falta de qualificação econômica financeira, em consonância com a Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93.

Em sua defesa a empresa recorrida, o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** apresenta suas contrarrazões, as quais resumidamente apresento abaixo:

Informa o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** que capital social apresentado no contrato social não é meio de parâmetro para qualificar e quantificar a capacidade financeira de uma empresa, tendo em vista que o meio hábil para isso, seria através do balanço patrimonial da empresa, e que o recurso deve ser julgado improcedente, devendo se manter habilitado e declarado como vencedor o recorrido, por não existir no edital cláusulas de capital social mínimo para participação no certame licitatório.

Informado as respectivas explanações, passarei a análise dos Recursos e Contrarrazões apresentados:

Vejamos o que diz o item 11.8 edital:

11.8- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo.

Vejam, também, que de acordo com o art. 31, §§ 2.º e 3.º da Lei nº 8.666/93, a administração pública, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação a exigência de capital social mínimo, quando o certame tiver como objeto compras para entrega futura ou execução de obras e serviços. O capital mínimo exigido não pode ser superior a 10% do valor do contrato administrativo. Acredito que a exigência nos editais desta cláusula não produz qualquer benefício à administração pública, sendo, inclusive um limitador a participação de potenciais concorrentes aos certames licitatórios. Corrobora esse entendimento, os pregões realizados por esta Pregoeira até a presente data, ou seja, foram realizados sem exigência de cláusula exigindo capital social mínimo e, neste caso, não foi diferente. Não existe esta cláusula no pregão o qual estou me referenciando. Cabe ressaltar que nas vistorias que essa Prefeitura já passou nenhum quesito relacionado a essa exigência foi apontado pelos órgãos fiscalizadores. Portanto, não entende esta Pregoeira a necessidade de que seja inserido nos editais de licitações a exigência de Capital Social Integralizado Mínimo, para habilitação do licitante.

Vejam o que diz o Art. 31 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I (...)

II (...)

III (...)

§ 1º (...)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Como pode ser observado no Acórdão nº 112/2007 Plenário (Sumário), “é ilegal a exigência de comprovação de capital social devidamente integralizado, uma vez que referida exigência não consta da Lei nº 8.666/1993.

Vejam, ainda, o mencionado pela empresa recorrida, o **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA**, no item 9 de suas contrarrazões: “Corroborando ainda o supramencionado, é o fato de no próprio edital, a municipalidade, no objeto convocatório, não ter limitado a participação de qualquer empresário no ramo no aludido certame, pois abre a possibilidade de até mesmo MEI (microempreendedores) participarem e sabe-se que essa modalidade não possui nem mesmo contrato social ou um capital integralizado de grandes valores, pela própria natureza jurídica desta modalidade, fato que não o impediria de participar do certame”, fazendo com que, para esta Pregoeira, não haja limitação de participação de qualquer empresa.

A exigência de comprovação de capital social integralizado afronta a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos 5372/2012-TCU-2ª Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz, 5375/2009 - TCU-1ª Câmara, Rel. Min. Augusto Sherman, entre outros). E, ainda, (...) Tal exigência extrapola o comando contido no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 8.666/1993, que prevê tão somente a comprovação de capital social mínimo como alternativa para a qualificação econômico-financeira dos licitantes. (Acórdão 1101/2020-Plenário). Sem falar que não há previsão nesse sentido no art. 27 da Lei nº 8.666/93, que relaciona os documentos para a habilitação nos procedimentos licitatórios.

O manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, nas páginas 437/438, Acórdão 1917/2003 Plenário (Voto do Ministro Relator), determina que:

Abstenha-se de:

(...)

estabelecer condições não previstas no art.31 da Lei nº 8.666/1993, especialmente não exigindo comprovação de capital integralizado;

Por fim, a Procuradoria Geral do Município se manifesta em seu parecer dizendo “em que pese os argumentos trazidos pelo RECORRENTE sobre o capital integralizado e o objeto licitado, inexistem fundamentos legais que sustentem as razões recursais. O entendimento consolidado do TCU, é no sentido de que é irregular a necessidade de os licitantes comprovarem determinados percentuais de capital social mínimo integralizado. No entendimento do Tribunal, a prática representa afronta ao art. 31, § 3º. da Lei de Licitações que não exige a integralização do capital” O parecer cita os Acórdãos 1842/13-P e 1944/15-P.

Entendo, assim, que “o recurso administrativo interposto não merece ser julgado procedente, devendo ser mantida a habilitação do Recorrido”.

Diante do exposto e em que pese às alegações da recorrente, ao analisarmos os apontamentos apresentados pela empresa ***LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL-EIRELI***, é possível verificar a improcedência dos apontamentos feitos pela recorrente. A medida, na maioria dos casos, pode se revelar contrária ao interesse público.

DA DECISÃO

Diante do exposto, face as razões apresentadas acima e na qualidade de Pregoeira, bem como, em conjunto com o entendimento do parecer da Procuradoria Geral do Município, reconheço as razões apresentadas pela empresa ***LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL***, e no mérito ***DECIDIR*** pelo ***INDEFERIMENTO*** do recurso mantendo habilitada e declarando como vencedora do Pregão Presencial nº 023/2022 a empresa ***LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA***. Com isso, tendo o recurso sendo julgado improcedente por esta

Pregoeira, encaminha o presente processo para análise e decisão por parte da Autoridade Competente, o Exmo. Senhor Prefeito. Após, dê ciência da decisão aos interessados, bem como, que a decisão seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 11 de julho de 2022

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira